



PROMOVENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA HUMANESCENTE ATRAVÉS DO TEATRO

Autor (1) Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson; Co-autor (1) Ana Tânia Lopes Sampaio

Co-autor (2) Débora Karla Sampaio Alves Custódio; Co-autor (3) Stella Alyny de Aquino Costa

Centro Universitário Facex (UNIFACEX), isacristas@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), anatsampaio@hotmail.com

Centro Universitário Facex (UNIFACEX), deborasampaio2@yahoo.com.br

Centro Universitário Facex (UNIFACEX), stella_alyny@yahoo.com.br

Resumo

O projeto “ Contos e encantos”, atua há cinco anos na perspectiva da educação em saúde e inclusão social através do teatro, pautado nos pressupostos da pedagogia vivencial humanescente, na perspectiva da Educação Popular e na inclusão social, baseado na metodologia da problematização e atuando efetivamente para a transformação do processo de ensino e aprendizagem inclusiva. Objetiva-se relatar a experiência do “ Contos e encantos” desenvolvido na Escola Municipal Maria Mércia de Carvalho, situado na comunidade de Camurupim em Nísia Floresta /RN que estimula o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas humanescentes através de apresentações teatrais lúdicas. Percebe-se, portanto, a contribuição do processo lúdico na construção de sujeitos sociais em busca de melhorias para sua saúde e qualidade de vida. Pautada na compreensão da diversidade dos alunos, compreendendo o sujeito na sua singularidade e complexidade, direcionado a aprendizagem significativa bem como a inserção social de todos, este processo inclusivo de desenvolvimento utilizando diversos mecanismos e inúmeras maneiras para a aprendizagem significativa.

Palavras-chaves: Educação inclusiva, Ludicidade, Pedagogia Vivencial Humanescente, Teatro.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo, relatar a experiência exitosa do projeto “ Contos e encantos”, que atua na perspectiva da educação em saúde e inclusão social através do teatro, o mesmo foi desenvolvido na Escola Municipal Maria Mércia de Carvalho, situado na comunidade de Camurupim em Nísia Floresta /RN.

O Sistema Único de Saúde (SUS) se paramenta através das Leis Orgânicas da Saúde (LOS) nº 8.080/90 e 8.142/90, regulamentando as atividades para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a participação da comunidade em busca de ações que visem à qualidade do atendimento e o acúmulo de saúde e o desacumulo de doenças.

Como ferramentas para essas ações, pode-se destacar a Educação em Saúde, a qual está relacionada a todas as atividades desenvolvidas pelos profissionais do SUS, permitindo uma interface entre todos os níveis de gestão do sistema, formulação das políticas de saúde e a participação popular (BRASIL, 2007).



Pautada na compreensão da diversidade dos alunos, compreendendo o sujeito na sua singularidade e complexidade, com o objetivo da aprendizagem significativa bem como a inserção social de todos, a Educação Inclusiva parte da necessidade da reestruturação das práticas vivenciais escolares e para este, o processo de desenvolvimento utiliza diversos mecanismos e inúmeras maneiras para aprender.

Dessa maneira, as atividades lúdicas demonstram ser positivas quando associadas às várias dimensões humanas, utilizando o cognitivo, afetivo, a percepção do Ser inserido em seu contexto social, viabilizando o prazer em aprender de forma agradável e compreensível. Portanto, as atividades lúdicas criam situações que auxiliam a construção do saber e compreender a realidade (ALVES et al, 2009; PEREIRA; BONFIM, 2009).

Metodologia

Refere-se a um relato de experiência do projeto “ Contos e encantos”, que atua na perspectiva da educação em saúde e inclusão social através do teatro, o mesmo foi desenvolvido na Escola Municipal Maria Mércia de Carvalho, situado na comunidade de Camurupim em Nísia Floresta /RN.

Trata-se de Pesquisa-ação cujo método é o participativo de pesquisa, que busca ampliar os conhecimentos e também alterar as circunstâncias dos indivíduos para melhor envolvê-las no processo de pesquisa, processo complexo que exige habilidades em pesquisa e educação para mudança. (Saks e Allsop, 2011)

Resultados e Discussão

A Educação inclusiva está em processo de reestruturação nos âmbitos políticos, sociais e educacionais, levando em consideração a compreensão e respeito a diversidade, complexidade e singularidade do sujeito. Nesse sentido a Declaração de Salamanca elaborada na Conferência Mundial de Educação especial em 1994 bem como a Lei Brasileira de inclusão a pessoa com deficiência (Lei 13.146 de 06 de julho de 2015) que entrou em vigor neste ano de 2016, refere de forma geral que a educação inclusiva atenta a diversidade inerente à espécie humana, buscando portanto compreender e atender a partir do princípio da integralidade as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover o desenvolvimento individual e coletivo a partir de aprendizagens significativas. Uma prática pedagógica transdisciplinar, multiprofissional, coletiva, flexível e



dinâmica requer mudanças essenciais na estrutura e no funcionamento das instituições de ensino, na formação e autoformação humanescentes dos educadores, nas relações sociais e da família como co-responsável pelo processo transformador para uma sociedade inclusiva

A educação inclusiva, ela é vista como um aspecto fundamental para o processo constante de organização do sujeito. Possibilita a expansão de ações, abre caminhos, resignificar a existência, fazendo com que os agentes do processo de aprendizagem se coloquem como aprendentes, seres que pensam, agem, trabalham, reproduzem, criam e constroem diferentes realidades

Nesse ínterim a Pedagogia Vivencial Humanescente surge como uma pedagogia que prepara para a vida, envolvendo a corporeidade e o contexto vivencial das pessoas. Os conceitos de aprendizagem são associados ao ato autopoiético (MATURANA; VARELA, 1997) e de percepção, considerada fenômeno de duas vias, de dentro para fora e de fora para dentro (ASSMANN, 2001). Tendo a ludicidade, a criatividade, a reflexividade e a sensibilidade como princípios norteadores objetiva assim o desenvolvimento de pensamentos sensíveis, criativos, ecossistêmicos e transformadores, possibilitando-os aos sujeitos aprendentes (educador e educando), através do despertar do cotidiano da vida e de atividades vivenciais experienciadas (CAVALCANTI, 2010).

A ludicidade como princípio que resgata a dimensão simbólica, abre o campo virtual e simbólico, abre as portas da fantasia. Está implicada à capacidade de amar e faz parte da biologia que constitui o homem e nos auxilia a entender a dinâmica sistêmica da vida (MATURANA; ZOLLER, 2004).

A criatividade, segundo La Torre et al. (2008), é conhecida como um bem social, participa ativamente do processo de construção social, princípio fundamental quando falamos de desenvolvimento, necessária a vida, através da qual nos distanciamos do comodismo e vivemos no mundo das construções que se pautam na diversidade.

Na reflexividade, dessa nova forma de viver a educação, o sujeito convida a vida para iniciar o processo de tecer a si mesmo, ao outro e a ela. A sensibilidade revela a capacidade de emocionar-se e é compreendida como aspecto formador, por meio delas podemos elaborar relações de afeto. Boff (2000) nos mostra que com sensibilidade vive-se a ética e a solidariedade. A reflexividade vivencial nos autoriza a viver, transformar vivências em experiências de formação em experiências de vida (JOSSO, 2004).

Compreende-se, portanto, que a Pedagogia Vivencial Humanescente não deverá se distanciar da humanidade, da humanescência. Cavalcanti (2010), nos mostra que a humanescência é



o processo de expansão da essência humana, no qual o ser humano expande a sua luminosidade, tornando-se capaz de efetivar ações de amor e partilha com o mundo.

A expressão ludicidade pode ser caracterizada pelo prazer, criatividade, liberdade e autonomia vinculada às tradições, aos valores, aos costumes e às contradições presentes na sociedade. Além disso, pode manifestar-se de várias formas – oral, escrita, gestual, visual, artística e outras – e ocorre em vários momentos da vida: no lazer, na família, no trabalho, na ciência, na escola, na política, entre outros.

Desse modo, o lúdico é uma ferramenta para a inclusão, construída culturalmente, agregado a fatores políticos, regras educacionais, morais e condições concretas de existência. Cabe salientar que as práticas culturais isoladas não representam os fenômenos lúdicos (como brinquedos, jogos, músicas, danças, festividades e outros), mas indica que é através da interação do sujeito com a experiência vivida que se tem a possibilidade do desabrochar para a ludicidade (CARVALHO, 2006).

A ludicidade, assim, é um fenômeno intrínseco à essência humana (SOUZA, 2008), sendo essencial para qualquer processo de construção de saberes, quer nas instituições de ensino ou nos demais ambientes pedagógicos. Potencializa o fomento de estratégias para interações sociais e educativas, permitindo as vivências satisfatórias e em harmonia dos seus sentimentos e estados de organismos, como os prazeres, as fantasias, as ansiedades, as frustrações e tensões (SOUZA, 2008).

Para que a ludicidade seja compreendida, é necessário um processo de sensibilização com a educação, com o processo ensino-aprendizagem e com a relação educandos e educadores, pois consiste em um campo mais discutido do que compreendido e vivenciado, visto que existem alguns “nós” na história da educação que ainda deixam vestígios (PEREIRA; BONFIN, 2009).

Estudos apontam que as intervenções educativas embasadas na ludicidade apresentam resultados positivos, pois possibilitam a orientação do planejamento de ações já que associam dimensões humanas, como o cognitivo, o afetivo e a motricidade, além de aspectos que levam em consideração a percepção do Ser de maneira a proporcionar o aprendizado de forma agradável (ALMEIDA et al., 2011).

Sampaio (2009, p. 99) coloca que:

O lúdico, o brincar parece não ser racional na cultura humana, uma vez que essa relação entre natureza e cultura é que nos limita e define as regras do atual jogo humano, pois temos sempre que mostrar nossa capacidade intelectual para sermos



reconhecidos socialmente. Quando permitimos o fluxo, permitimo-nos vivenciar o sentimento, o brincar e o sentir prazer.

Segundo Cavalcanti (2010), a ludicidade consiste em um fenômeno fundamental para o processo de produção de conhecimento. Trata-se de um fenômeno vivo que podemos reconhecer como sistema autopoietico e surge a partir da conexão entre a teia da corporeidade e a autopoiese. Esse fenômeno é dinâmico em suas propriedades e constitui sua organização específica: a ludopoiese.

Compreendida como uma prática educativa que visa a “construção da ética do conhecimento, da estética, de um horizonte em que a alegria e a beleza estejam postos como elementos fundamentais na existência humana” (PINTO, 2010, p.102).

A Educação em Saúde refere-se a uma combinação de oportunidades que possam favorecer a promoção e manutenção da saúde. A partir desta, não cabe apenas entendê-la como transmissão de saberes e conteúdos, mas também como adoção de práticas educativas que busquem incessantemente a autonomia dos sujeitos na condução da sua vida, exercitando e construindo cidadania. Nessa perspectiva que se reúnem educação inclusiva, saúde e educação em saúde, cabendo à equipe multiprofissional facilitar a troca de saberes, valorizando a diversidade fazendo com que os indivíduos resgatem sua cidadania, evidenciando a promoção de saúde e o respeito mútuo. (BECHTLUFFT; ACIOLI, 2009).

A concepção de educação e promoção da saúde interligados consistem no resultado de uma ação coletiva, de pessoas articuladas, de grupos e redes que se unem em torno dessa causa (CAVALCANTI, 2010).

Nesse interim a Promoção da Saúde visa uma articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso país, visando à criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam radicalmente a equidade e incorporem a participação e o controle social na gestão das políticas públicas (BRASIL, 2010).

A educação é compreendida como um processo histórico/cultural/afetivo/ social, exclusivamente da espécie homo, com isso, não podemos simplificar o complexo, desconsiderar o contexto que configura as relações do tipo espécie/sociedade/cultura (MORIN, 2002; CAVALCANTI, 2010)

Partindo dos pressupostos descritos foram elaboradas peças teatrais que referissem situações do cotidiano, pautados nos contos infantis com foco na inclusão e no princípio da



igualdade. Estavam presentes a Rapunzel com a peça: Não jogue suas tranças que estão cheias de piolhos, Branca de neve e os sete sujeitos, os três porquinhos e o lobo mal hálito, Chapeuzinho verde, O pirata e o saci Pererê o que vamos com eles aprender? Estas e outras peças tiveram as apresentações direcionadas as temáticas de educação em saúde, respeito a diversidade e inclusão social. Descrevemos o público alvo as crianças matriculadas na Escola Municipal Maria Mércia de Carvalho, seus educadores e familiares, promovendo assim uma educação integrativa, inclusiva e humanescente.

Diante da perspectiva do olhar integral, percebe-se a necessidade de aprimorar uma visão holística, seja na prestação de serviços ou na produção do conhecimento, resgatando assim a importância da participação nos contextos da construção onde o processo do ensinar e aprender a tecer a vida se estabelecem.

Considerações Finais

Destarte, podemos perceber que a educação inclusiva tem como principal ferramenta a ludicidade e a participação popular, formando vários sujeitos sociais em busca de melhorias para sua qualidade de vida e respeito a diversidade.

As ações desenvolvidas pelo Projeto Contos e encantos para uma educação inclusiva humanescente, utiliza tecnologias leves, como a humanescência, a ludicidade, o diálogo ,a interação e o respeito a diversidade.

Coadunamos com Freire (1996, p. 12) quando afirma que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Nesse sentido, acreditamos que educação inclusiva humanescente através do teatro são fundamentais para o processo da inclusão de forma a promover o desenvolvimento individual e coletivo a partir de aprendizagens significativas.

Referências

ALVES, K. Y.A et al. Compreensão do uso dos territórios da saúde: uma abordagem para o processo de trabalho em Enfermagem na Estratégia Saúde da Família. In: Anais do 7º Encontro Nacional e 1º Encontro Internacional com o Pensamento de Milton Santos, Natal, 2009.

ASSMANN, H. Metáforas novas para reencantar a educação. 3. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPSSUS). Disponível em: <<http://www.crpsp.org.br/diverpsi/arquivos/PNEPS-2012.PDF>>. Acesso em: 15 ago 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 07 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art98>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

CAVALCANTI, K. B. Pedagogia vivencial humanescente: para sentir pensar os sete saberes na educação. Curitiba: Editora CRV, 2010.

COSCRATO, G.; PINA, J. C.; MELLO, D. F. Utilização de atividades lúdicas na educação em saúde: uma revisão integrativa da literatura. Acta Paulista de Enfermagem, v. 23, n. 2, p. 257-63, 2010.

FIGUEIREDO, P. R. Pesquisa-ação, 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/21496/1/pesquisa-acao/pagina1.html>> Acesso em: 15 ago 2016.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. Pub 1996. Dig 2002. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf>.

Acesso em: 26 mar 2015.

MATURANA, H.; ZOLLER, G. V. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo/SP: Palas Atenas, 2004.

MORAES, M. C. :LA TORRE, S. Sentir e pensar: fundamentos e estratégias para reencantar a educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

MORIN, E. Educação e complexidade: os sete saberes necessários e outros ensaios. In: ALMEIDA, M. C.; CARVALHO, E. A. (Org.). São Paulo/SP: Cortez, 2002.



SAMPAIO, A. T. L. Universo encantado do cuidado na autopeiose docente: uma viagem epistemológica transdisciplinar. 2009. 229f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 07.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.



